

## **ESTRATÉGIAS DE INCENTIVO AO ALEITAMENTO MATERNO REALIZADAS PELOS ENFERMEIROS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA**

Priscila Yoshida Machado<sup>1</sup>  
Aline Neves Oliveira Lara<sup>2</sup>

### **RESUMO**

Este trabalho aborda a atuação dos enfermeiros da Atenção Primária na promoção do aleitamento materno. Tal abordagem se justifica pela importância de conhecer a atuação do enfermeiro frente ao incentivo à amamentação, visto que esta reduz a morbidade e mortalidade infantil, contribui para o crescimento e desenvolvimento saudável da criança, além de produzir efeitos benéficos para a saúde da mãe. O objetivo deste estudo é identificar as estratégias de incentivo ao aleitamento materno desenvolvidas pelos enfermeiros da Atenção Primária, bem como suas ações para a proteção da saúde materno-infantil. Este intento foi conseguido através da pesquisa qualitativa realizada por meio da utilização de um roteiro de entrevista semiestruturado aplicado aos enfermeiros atuantes nas unidades de Atenção Primária à Saúde do município de Elói Mendes – MG. Participaram do estudo sete enfermeiras que se enquadraram nos critérios de inclusão da pesquisa. A análise demonstrou que os enfermeiros expressam pouco conhecimento acerca da importância do aleitamento materno e não realizam estratégias de incentivo devido à falta de treinamento e capacitação profissional. Ao final, se ressalta a importância do treinamento e apoio matricial aos profissionais envolvidos na assistência materno-infantil, a fim de aprimorar o conhecimento, auxiliar no planejamento de estratégias e ações que visem a

---

<sup>1</sup> Enfermeira e pós-graduanda em Enfermagem em Obstetrícia pelo Centro Universitário do Sul de Minas – UNIS/MG. E-mail: pri.yoshida@hotmail.com.

<sup>2</sup> Mestre em Enfermagem pela Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL e professora do Centro Universitário do Sul de Minas – UNIS/MG. E-mail: aline.neoliveira@gmail.com.

promoção e o incentivo à amamentação, bem como a garantia de uma assistência integral e qualificada.

**Palavras-chave:** Aleitamento Materno. Atenção Primária à Saúde. Saúde da Criança.

### **MATERNAL BREAST FEEDING INCENTIVE STRATEGIES CARRIED OUT BY PRIMARY CARE NURSES**

#### **ABSTRACT**

*This work addresses the role of primary care nurses in promoting breastfeeding. Such an approach is justified by the importance of knowing the nurses' performance regarding the incentive to breastfeeding, since it reduces infant morbidity and mortality, contributes to the healthy growth and development of the child, in addition to producing beneficial effects on the mother's health. The objective of this study is to identify the strategies to encourage breastfeeding developed by primary care nurses, as well as their actions for the protection of maternal and child health. This attempt was achieved through the qualitative research carried out through the use of a semistructured interview script applied to nurses who work in Primary Care Units in the city of Elói Mendes – MG. Participants of this study were seven nurses who met the inclusion criteria of the research. The analysis demonstrated that nurses express little knowledge about the importance of breastfeeding and do not carry out incentive strategies due to the lack of professional training and qualification. At end, it stands out the importance of training and matrix support to professionals involved in maternal and child care, in order to improve knowledge, assist in the planning of strategies and actions aimed at promoting and encouraging breastfeeding, as well as the guarantee of integral and qualified assistance.*

**Keywords:** Breastfeeding. Primary Health Care. Child Health.

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda a atuação dos enfermeiros da Atenção Primária na promoção do aleitamento materno (AM). Tem-se como problema inicial identificar qual o conhecimento expresso pelos enfermeiros da Atenção Primária acerca do aleitamento materno.

Tal abordagem se justifica pela importância de conhecer a atuação do enfermeiro frente ao incentivo à amamentação, visto que esta reduz a morbidade e mortalidade infantil, contribui para o crescimento e desenvolvimento saudável da criança, além de produzir efeitos benéficos para a saúde da mãe.

É importante salientar também a contribuição do trabalho para o público, pois o enfermeiro tem papel primordial frente ao aleitamento materno, uma vez que este profissional possui estreita relação com a mulher da gestação ao puerpério, tendo participação efetiva em programas de educação em saúde, durante o pré-natal, no manejo da amamentação, no esclarecimento de dúvidas e evitando possíveis complicações.

O objetivo deste estudo é identificar as estratégias de incentivo ao aleitamento materno desenvolvidas pelos enfermeiros da Atenção Primária, bem como suas ações para a proteção da saúde materno-infantil. Foram submetidos ao estudo os enfermeiros das unidades de Atenção Primária à Saúde do município de Elói Mendes – MG. Para tanto, se empregou a pesquisa qualitativa, por meio do método descritivo dos dados obtidos e aplicação da entrevista semiestruturada em concordância com a observação não participante.

O AM é a mais simples e natural estratégia de vínculo, afeto, proteção e nutrição para a criança e compreende a mais sensível, econômica e eficaz intervenção para a redução das taxas de morbimortalidade infantil. Possibilita,

também, um grande impacto na promoção da saúde integral do binômio mãe-filho e benefícios para toda a sociedade (BRASIL, 2015).

Em decorrência de sua eficácia e suas vantagens, a Organização Mundial da Saúde (OMS) preconiza o aleitamento materno exclusivo (AME) até o sexto mês de vida e com a introdução de alimentação complementar dos seis meses até os dois anos de idade. A amamentação ajuda a prevenir a desnutrição, obesidade, doenças diarreicas e infecções respiratórias, que constituem importantes causas de mortalidade infantil (WENZEL; SOUZA, 2011). Silva et al (2014) completa que além das diversas vantagens, o leite materno possui os nutrientes essenciais que garantem o crescimento e desenvolvimento adequados ao longo da vida da criança.

Sendo assim, os profissionais de saúde devem estar preparados em todos os aspectos técnicos relacionados à lactação, ter um olhar amplo e atento, levar em consideração os enfoques emocionais, culturais e sociais da mulher, reconhecê-la como protagonista do processo de amamentar, valorizando-a, escutando-a e incentivando-a (BRASIL, 2015).

## **2 ASPECTOS GERAIS ACERCA DO ALEITAMENTO MATERNO**

O aleitamento materno constitui uma prática realizada no contexto familiar e social, e tem grande relação com a realidade histórica, econômica, cultural e política, sendo introduzida nas ações voltadas à saúde da mulher e da criança no decorrer das décadas. Junto a esses fatores, as políticas públicas nacionais de incentivo à amamentação têm como objetivo primordial o AME até os seis meses de idade e a manutenção da prática através de medidas de promoção, proteção e apoio às mães (OLIVEIRA; MOREIRA, 2013).

O leite materno é indiscutivelmente o melhor alimento a ser oferecido na fase inicial da vida, pois fornece a quantidade energética necessária e todos os nutrientes importantes para o crescimento do lactente, tais como água, proteínas, lactose, lipídeos, sais minerais, vitaminas, fatores anti-infecciosos e de crescimento. Além dos nutrientes, o AM oferece inúmeros fatores imunológicos essenciais na prevenção de morbimortalidade infantil bem como benefício psicológico para a mãe e o bebê (MACHADO et al, 2014).

Visto que o leite materno é de suma importância para o desenvolvimento humano e reflete impacto a curto e longo prazo na vida da criança, recomenda-se o AME até os seis meses de vida e a introdução de alimentação complementar a partir desse período, juntamente ao AM por dois anos ou mais. O prolongamento da amamentação para o segundo ano de vida da criança contribui como fonte energética em função da quantidade de gordura e ácidos graxos essenciais do leite materno, além de proteínas e micronutrientes (SALDAN et al, 2015).

Em relação à alimentação complementar, a OMS recomenda que a sua introdução comece a partir dos seis meses de idade, visto que a introdução precoce de alimentos pode gerar consequências como diarreias, alergias, obesidade, doenças crônicas, infecções respiratórias e desnutrição, o que pode prejudicar o crescimento normal da criança. No entanto, a introdução alimentar tardia, pode causar déficit no crescimento. O principal intuito da inserção de novos alimentos são, principalmente, aumentar as cotas de energia e micronutrientes, sendo que os primeiros alimentos fornecidos ao bebê devem ser em forma de papas e purês compostos de legumes, cereais e frutas (MACHADO et al, 2014).

Estudos de Vasquez, Dumith e Susin (2015) apontam que alguns fatores podem interferir negativamente no sucesso do AME, contribuindo para o desmame precoce. Dentre eles destacam-se: uso de chupetas pelos lactentes, presença de fissura mamilar nas lactantes, práticas hospitalares inadequadas, alteração da

estrutura social ocasionando o trabalho materno fora do lar, ausência da mãe às consultas pré-natais, depressão pós-parto e o nível de escolaridade da mãe, o qual influencia na obtenção de conhecimentos sobre a amamentação.

Considerada uma estratégia isolada e com grande impacto na redução da mortalidade infantil, a amamentação pode evitar 13% das mortes por causas preveníveis em crianças menores de 5 anos em todo o mundo. De acordo com a OMS e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), aproximadamente 6 milhões de crianças são salvas anualmente graças ao AME (BRASIL, 2011).

Apesar dos estudos apontarem melhora significativa da atual situação da amamentação no Brasil, é necessário promover maior duração do aleitamento materno por meio de estratégias e ações relacionadas ao âmbito da Atenção Primária à Saúde, o monitoramento das práticas de amamentação, a melhoria das políticas públicas e ações voltadas para a saúde materno-infantil (VÍTOLO et al, 2014).

## **2.1 O manejo da amamentação na Atenção Primária**

Tendo em vista as políticas e programas implementados pelo governo, a Política Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno tem por objetivo promover, proteger e apoiar a prática do AM, por meio de programas que estimulem o acolhimento e a assistência de qualidade às mulheres, crianças e suas respectivas famílias. Realiza também mudanças na prática, permitindo que os profissionais de saúde ampliem a visão humanizada à mulher e criança durante a amamentação, reestruturando os serviços de saúde para incorporar as reais necessidades de saúde desse grupo populacional (OLIVEIRA; MOREIRA, 2013).

Em 2008, com o intuito de estabelecer uma estratégia nacional para promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno, o Ministério da Saúde lançou

a Rede Amamenta Brasil, adotando como proposta de atuação a educação crítico-reflexiva dos profissionais de saúde, abrangendo Unidades Básicas de Saúde (UBS), especialmente a Estratégia de Saúde da Família (ESF). A Rede visa aumentar os índices de amamentação no país em virtude da circulação e troca de informações entre os vários atores, capacitando os profissionais atuantes nas UBS para que se transformem em agentes de mudança no ensino e aprendizagem acerca do AM para uma prática integralizadora (ARAÚJO et al, 2014; BRASIL, 2011).

Na concepção de Joventino et al (2011) apesar das diversas vantagens proporcionadas pelo AM, as taxas de duração do AM ainda estão aquém do recomendado. Cruz et al (2010) concorda e afirma que embora exista uma tendência geral de aumento da duração da amamentação, estudos comprovam que há uma grande prevalência de desmame precoce.

A educação e o treinamento das mulheres para a amamentação durante o período pré-natal é comprovadamente eficaz para o sucesso do AM. Durante a consulta pré-natal, elas devem ser orientadas quanto aos benefícios da amamentação, das desvantagens do uso de leites industrializados ou de origem animal e devem ser informadas em relação às técnicas de amamentação, para aumentar a sua habilidade e confiança (DEMITTO et al, 2010).

O manejo clínico da amamentação é compreendido como as ações e cuidados assistenciais prestados para o estabelecimento do aleitamento materno, produção de leite, tratamento e prevenção de agravos. Esse manejo requer a compreensão da anatomia, fisiologia, psicologia e técnicas de comunicação e, resulta das competências e habilidades técnicas dos profissionais envolvidos no processo de aleitamento materno (AZEVEDO et al, 2015).

A Atenção Primária no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) é caracterizada por um conjunto de ações de saúde, individuais e coletivas, que

integram a promoção e a proteção da saúde. Para que o início e a manutenção do AM tenha êxito, é necessário que as mães tenham apoio ativo de suas famílias, comunidades e do sistema de saúde durante todo o período gravídico-puerperal. Neste sentido, verifica-se a importância da implantação de ações de incentivo ao AM na Atenção Primária, especialmente na ESF, a qual, juntamente com a equipe de prestadores de serviços domiciliares, possui maior oportunidade de divulgar e promover a amamentação, auxiliando as mães que amamentam seus filhos e, dessa maneira, melhorar a qualidade de vida materno-infantil (CRUZ et al, 2010).

## **2.2O papel do enfermeiro na promoção do aleitamento materno e na proteção da saúde do binômio mãe-bebê**

O manejo clínico adequado da amamentação por parte dos profissionais da saúde é um fator essencial e decisivo que aumenta a prevalência do AME. Ele inclui não somente conhecimentos básicos e habilidades em aleitamento materno, mas também a competência do profissional na comunicação efetiva através do aconselhamento, o qual tem por objetivo auxiliar as nutrizes na tomada de decisões, após realizar uma escuta qualificada, compreendê-las e dialogar sobre os prós e os contras das opções (VASQUEZ; DUMITH; SUSIN, 2015).

O papel do enfermeiro é primordial frente ao aleitamento materno, pois este profissional possui estreita relação com a mulher no período da gravidez e puerpério, tendo participação efetiva em programas de educação em saúde, durante o pré-natal, no treinamento para a amamentação, no esclarecimento de dúvidas e evitando possíveis complicações. É importante que o profissional da enfermagem estabeleça um vínculo de confiança com a mãe, a fim de aumentar sua autoestima e conseqüentemente a autoconfiança no ato de amamentar e cuidar do bebê (CHAVES et al, 2011).

Diante do exposto, é fundamental que o enfermeiro possua conhecimento sobre a anatomia e fisiologia da lactação e da sucção, dos fatores emocionais e psíquicos que possam prejudicar, bem como as técnicas de comunicação, a orientação sobre o posicionamento do bebê e a pega adequada, técnicas de ordenha e formas alternativas de oferecimento de leite materno. É imprescindível ter o domínio de técnicas de comunicação para que seja possível não somente uma troca de informação eficaz, mas também empatia e confiança entre o profissional e a nutriz (AZEVEDO et al, 2015).

De acordo com Monteschio, Gaiva e Moreira (2015) a proteção e incentivo ao AM remetem uma estratégia natural de vínculo, afeto, proteção e nutrição do bebê. Compreende a mais sensível, econômica e eficaz intervenção para o declínio da taxa de mortalidade infantil. Compete aos profissionais de saúde, especialmente ao enfermeiro, contraindicar o uso de bicos, mamadeiras e leites industrializados, com o intuito de melhorar a qualidade de vida das crianças e colaborar para a queda da mortalidade infantil e pela continuidade do AM.

O enfermeiro deve ser capacitado e dispor de conhecimento técnico-científico, habilidade em aleitamento materno, competência profissional para treinar o restante da equipe, comunicação adequada e humanização no atendimento, visando à promoção e a proteção da saúde da mãe e do bebê. É necessário, também, ter conhecimento sobre os benefícios da amamentação para a nutriz e o recém-nascido, para uma atuação eficaz e a disponibilização de informações atuais e corretas (CHAVES et al, 2011).

Sendo assim, Pereira et al (2014) acreditam que a orientação sobre o AM deve ser reforçada pelos enfermeiros e demais profissionais atuantes nas unidades de Atenção Primária, principalmente no decorrer do pré-natal, puerpério e durante as visitas domiciliares, assegurando que as informações cheguem corretamente as mulheres com relação à manutenção da amamentação. Os

direitos trabalhistas, o intervalo entre as mamadas, a alimentação, as orientações de como conciliar o aleitamento com a vida pessoal, profissional e seus projetos de vida, tal como os benefícios para a saúde materna e a relação de proteção contra o câncer de mama e de útero são alguns temas que devem ser abordados.

### **3 MATERIAIS E MÉTODOS**

Este estudo foi realizado através da a pesquisa de abordagem qualitativa e descritiva. Este tipo de pesquisa propicia o conhecimento da dinâmica e estrutura da situação abordada no estudo, facilita a compreensão de fenômenos complexos e únicos, colabora para melhor assimilação da distância entre a prática e o conhecimento, além de auxiliar na percepção dos sentimentos, valores, atitudes e temores dos indivíduos ao expor suas ações diante de um problema ou situação (LACERDA; LABRONICI, 2011).

Os cenários do estudo foram as unidades de Atenção Primária à Saúde do município de Elói Mendes. Os entrevistados foram abordados por meio de entrevista semiestruturada, buscando esclarecer quais as estratégias desenvolvidas por estes para a promoção do AM. Os resultados das entrevistas foram avaliados pelo método de Análise Temática de Minayo, que se constitui de três fases básicas, sendo a primeira a pré análise, a segunda a exploração do material e a terceira o tratamento dos resultados (MINAYO, 2013).

A Análise Temática de Minayo é considerada como um conjunto de técnicas que se constitui na análise de informações acerca do comportamento humano, permitindo uma aplicação bastante variada. Possui duas funções: verificação de hipóteses ou questões e a descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos (MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011).

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Participaram desta pesquisa sete enfermeiras atuantes em unidades de Atenção Primária do município de Elói Mendes – MG. No que se refere ao gênero dos profissionais, todas eram do sexo feminino.

Com relação ao tempo de atuação de cada participante da pesquisa, a maioria atua a mais de quatro anos nas unidades de Atenção Primária. Além disso, o vínculo empregatício entre esses profissionais são: processo seletivo e concurso público municipal.

Para melhor discussão dos resultados, foram elencadas duas categorias, sendo a primeira “Estratégias de incentivo ao aleitamento materno realizadas pelos enfermeiros da Atenção Primária”, e a segunda “Dificuldades enfrentadas para a promoção do aleitamento materno”.

### **4.1 Estratégias de incentivo ao aleitamento materno realizadas pelos enfermeiros da Atenção Primária**

Esta categoria apresenta como se tem desvelado a atuação dos enfermeiros da Atenção Primária na promoção do AM. O enfermeiro é o profissional que, seja na atenção primária, hospitalar ou ambulatorial, deve estar apto para lidar e direcionar uma demanda diversificada, especialmente quando se trata de questões que envolvem a mulher nutriz e deve saber identificar e oportunizar momentos educativos, favorecendo a amamentação (AMORIM; ANDRADE, 2009).

Nesse contexto, a atuação do enfermeiro fica a cargo de capacitar os profissionais da equipe, orientar sobre o manejo da amamentação e dos grupos de apoio ao AM com gestantes e puérperas, realizar ações integradas, que

compreendam o pré-natal, a assistência ao parto e pós-parto com apoio e acompanhamento contínuo, visando melhorar a qualidade da assistência à mulher que amamenta (PEREIRA et al, 2010).

Visto a grande importância do enfermeiro na promoção do aleitamento materno e suas funções, é possível observar que esta realidade foi pouco identificada nesta pesquisa, conforme a fala dos entrevistados ao indagar as estratégias de incentivo ao AM desenvolvidas por estes:

P1= *“Orientação sobre os benefícios do aleitamento materno, sendo: baixo custo, está pronto na hora, a saúde da criança melhora, a mãe retorna seu peso mais rápido.”*

P7= *“Orientação durante o pré-natal, curso de gestante, orientação durante as visitas domiciliares.”*

De acordo com Del Ciampo et al (2006), implantar medidas de estímulo ao aleitamento materno, tais como o contato precoce entre mãe e filho após o parto, a orientação de condutas e comportamento dos familiares, a busca do conhecimento sobre o benefícios do leite materno e amamentação, o abandono de hábitos nocivos à saúde e a facilitação no acesso aos serviços de saúde, constituem parte indispensável do esforço que deve ser dispendido por todos que cuidam da saúde da criança e da lactante.

Ao questionar em que momento são realizadas as orientações sobre o AM, foram obtidas as seguintes respostas:

P1 = *“No pré-natal e no CD.”*

P3 = *“Desde o primeiro mês de gestação, durante o pré-natal.”*

P6 = *“Visita domiciliar, acompanhamento da puericultura.”*

Segundo Arantes, Montrone e Milioni (2008) as ações de incentivo, promoção e apoio ao AM devem ocorrer durante o pré-natal, o pré-parto, o

nascimento, assim como nas imunizações, teste do pezinho e retorno para a consulta de puerpério. É indispensável que o enfermeiro atue acolhendo as mães e os bebês, disponível para escuta e para o esclarecimento de dúvidas e anseios, incentivando a troca de experiências. Para tanto, é fundamental que estes profissionais estejam atualizados em seus conhecimentos e condutas para desenvolverem essas atividades de forma eficiente.

Neste sentido, ao questionar sobre a atuação do enfermeiro na promoção do AM, verifica-se que sua conduta fica aquém do recomendado, conforme as falas abaixo:

P1 = *“Orientações no CD e no pré-natal.”*

P5 = *“Orientação e acompanhamento da gestante no período gestacional.”*

Os enfermeiros capacitados em AM devem realizar planos de ação sistematizados, planejando melhorar o manejo dessa prática. Todavia, grande parte destes profissionais não estão preparados para realizar esta atividade de orientação adequada. É importante considerar, no âmbito das estratégias de incentivo, a educação permanente dos profissionais de saúde. Verifica-se também como imprescindível a relevância de uma adequada formação e capacitação dos profissionais, de forma a enriquecer informações, conhecimentos, competências e principalmente as motivações necessárias para incentivar, promover e apoiar o aleitamento materno (AMORIM; ANDRADE, 2009).

Outro questionamento abordado refere-se ao papel do enfermeiro na proteção da saúde materno infantil e, através das respostas, foi possível perceber a falta de conhecimento destes quanto aos benefícios do aleitamento materno para a saúde da mãe e do bebê. As respostas obtidas foram:

P1 = *“Incentivar o aleitamento materno exclusivo até os 6 meses de idade.”*

P5 = *“Realizar acompanhamento e orientação.”*

O apoio do profissional de saúde é fundamental para que o AM tenha sucesso. Durante as ações educativas direcionadas à mulher e à criança, é preciso ressaltar a importância da amamentação por dois anos ou mais, sendo esta exclusiva nos primeiros seis meses de vida da criança, enfatizando que o leite materno protege o bebê contra infecções e alergias, enumerando as diversas vantagens do aleitamento para a mãe e o bebê (BRASIL, 2016).

Além disto, o leite materno transmite anticorpos maternos importantes para a defesa imunológica, protege a criança contra diarreias, pneumonias, infecções de ouvido, propicia melhor desenvolvimento do sistema nervoso, promove um forte vínculo com a mãe e menores chances de desenvolverem diabetes, obesidade, hipertensão arterial e vários tipos de câncer na vida adulta. Ademais, a amamentação também proporciona inúmeros benefícios para as mães, como a involução uterina que auxilia na redução do sangramento após o parto, maior facilidade de perder peso após o período gestacional e a prevenção do câncer de ovário e de mama durante e após o período de aleitamento materno (BRASIL, 2016).

#### **4.2 Dificuldades enfrentadas para a promoção do aleitamento materno**

O AM depende de fatores que podem influenciar positiva ou negativamente no seu sucesso. Entre eles, alguns estão relacionados à mãe, como as características de sua personalidade e sua atitude frente à situação de amamentar, outros à criança e ao ambiente, tais como as suas condições de nascimento e o período pós-parto, além de fatores circunstanciais, como o trabalho materno e as condições de vida (FALEIROS; TREZZA; CARANDINA, 2006).

Ao indagar sobre as principais dificuldades enfrentadas acerca da promoção do aleitamento materno, os participantes lançaram as seguintes respostas:

P1 = *“A maior dificuldade que enfrento na unidade é que as mães não estão tendo tempo para a amamentação, logo voltam a trabalhar e principalmente mães adolescentes não tem interesse em amamentar, dizem que dá trabalho e dói muito.”*

P3 = *“Aceitação das mães, trabalham o dia todo.”*

P6 = *“Presença das mães na unidade.”*

Diante do exposto, é percebido que o trabalho materno fora do lar confere um importante obstáculo para o aleitamento materno, especialmente o exclusivo. A manutenção da amamentação nesta situação depende do tipo de ocupação da mãe, da carga horária de trabalho, das leis e relações trabalhistas, do suporte da família, da comunidade e do ambiente de trabalho e, principalmente, das orientações dos profissionais de saúde para a continuidade do aleitamento materno em situações que implicam a separação física entre mãe e bebê (BRASIL, 2016). Brasileiro et al (2010) completa que a participação da mulher no mercado de trabalho tem aumentado a ocorrência da prática do desmame precoce e, a insegurança materna causada pela aproximação da época de retorno ao trabalho pode ser um fator de risco para a manutenção da amamentação.

Em relação à faixa etária das mães, segundo Chaves, Lamounier e César (2007), as adolescentes amamentam seus filhos por menos tempo que as mulheres adultas, visto que esse grupo possui menor experiência e conhecimento acerca do AM. Sendo assim, verifica-se a necessidade de maior assistência e atenção com as mães adolescentes, no sentido de orientação, incentivo e apoio à amamentação. A divulgação de informações sobre educação sexual poderia auxiliar na redução do número de gravidez na adolescência.

Logo, é possível observar que os enfermeiros revelaram algumas dificuldades de operacionalização, como falta de preparo técnico-científico, evidenciada nas falas pela falta de capacitação, inexistência de um protocolo que embase suas ações e falhas no processo de comunicação, dificultando a continuidade e a qualidade da assistência à mãe e ao bebê. Sendo assim, é necessário modificar esta realidade com o intuito de difundir a importância do AM, estimulando os pais a procurarem, com assiduidade, as unidades de saúde, e diante das intercorrências fazê-la o mais precoce possível (VIEIRA et al, 2012).

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta pesquisa demonstrou que os enfermeiros da Atenção Primária possuem conhecimento deficiente acerca do AM, o que dificulta uma assistência qualificada e o desenvolvimento de estratégias de incentivo e promoção da amamentação.

Para que aconteça uma assistência integral e eficiente ao binômio mãe-filho, é imprescindível que o enfermeiro se mantenha sempre atualizado, buscando conhecimento continuamente e participando de treinamentos e capacitações oferecidos.

Verificou-se que os enfermeiros não realizam nenhuma estratégia de incentivo ao AM, oferecendo apenas orientações e acompanhamento. Frente ao exposto, destaca-se a necessidade do planejamento e implementação de ações voltadas à promoção da amamentação, tais como grupos ou oficinas de gestantes, palestras na sala de espera para consulta e distribuição de folders explicativos. Propõe-se que o intuito destas estratégias seja oferecer conhecimento suficiente acerca dos benefícios do aleitamento para a mãe e o bebê, prolongar o tempo de AME, retirar dúvidas e oferecer treinamento e apoio às nutrizes.

Além disso, observa-se a importância da abordagem das mães não somente durante o pré-natal, mas também durante o pré e pós-parto, durante as visitas à unidade para a imunização dos bebês, nas consultas de crescimento e desenvolvimento infantil (CD), na visita domiciliar e nas consultas puerperais. O enfermeiro deve esclarecer dúvidas, realizar escuta ativa e aconselhamento, a fim de garantir a manutenção do aleitamento materno pelo maior tempo possível.

Este estudo também apontou que os profissionais encontram algumas dificuldades para realizar a abordagem das mães, visto que muitas não comparecem à unidade, são impossibilitadas de amamentar devido ao retorno ao trabalho fora do lar e também se deparam com mães adolescentes que não têm interesse em amamentar. Para tanto, se torna indispensável o treinamento dos profissionais para a abordagem correta das nutrizes.

Ao final desta pesquisa, verifica-se a importância da realização de mais estudos voltados para a promoção do aleitamento materno, visto que esta prática é primordial para a saúde do binômio mãe-filho, pois oferece inúmeros benefícios a curto e longo prazo, promove o vínculo afetivo e reduz a morbimortalidade infantil.

## REFERÊNCIAS

AMORIM, M. M.; ANDRADE, E. R. de. Atuação do enfermeiro no PSF sobre aleitamento materno. **Rev. Perspectivas Online**, v. 3, n. 9, p. 93-110, 2009.

ARANTES, C. I. S.; MONTRONE, A. V. G.; MILIONI, D. B. Concepções e conhecimento sobre amamentação de profissionais da atenção básica à saúde. **Rev. Eletr. Enf.**, v. 10, n. 4, p. 933-944, 2008.

ARAÚJO, J. P. et al. História da saúde da criança: conquistas, políticas e perspectivas. **Rev. Bras. Enferm.**, v. 67, n. 6, p. 1000-1007, nov./dez. 2014.

AZEVEDO, A. R. R. et al. O manejo clínico da amamentação: saberes dos enfermeiros. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, v. 19, n. 3, jul./set. 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Estratégia Nacional para Promoção do Aleitamento Materno e Alimentação Complementar Saudável no Sistema Único de Saúde**: manual de implementação. Brasília: Ministério da Saúde. 2015. 148 p.

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Área Técnica de Saúde da Criança e Aleitamento Materno. **Rede Amamenta Brasil**: os primeiros passos (2007–2010). Brasília: Ministério da Saúde, 2011. 58 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde da criança**: aleitamento materno e alimentação complementar. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde. 2015. 184 p.

BRASILEIRO, A. A. et al. Impacto do incentivo ao aleitamento materno entre mulheres trabalhadoras formais. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 9, p. 1705-1713, set. 2010.

CHAVES, M. M. N. et al. Amamentação: a prática do enfermeiro na perspectiva da Classificação Internacional de Práticas de Enfermagem em Saúde Coletiva. **Rev. Esc. Enferm. USP**, v. 45, n. 1, p. 199-205, 2011.

CHAVES, R. G.; LAMOUNIER, J. A.; CÉSAR, C. C. Fatores associados com a duração do aleitamento materno. **Jornal de Pediatria**, v. 83, n. 3, p. 241-246, 2007.

CRUZ, S. H. et al. Orientações sobre amamentação: a vantagem do Programa de Saúde da Família em municípios gaúchos com mais de 100.000 habitantes no âmbito do PROESF. **Rev. Bras. Epidemiol.**, v. 13, n. 2, p. 259-267, 2010.

DEL CIAMPO, L. A. et al. Tendência secular do aleitamento materno em uma unidade de atenção primária à saúde materno-infantil em Ribeirão Preto, São Paulo. **Rev. Bras. Saúde Matern. Infant.**, Recife, v. 6, n. 4, p. 391-396, out./dez. 2006.

DEMITTO, M. O. et al. Orientações sobre amamentação na assistência pré-natal: uma revisão integrativa. **Rev. Rene**, v. 11, n. Especial, p. 223-229, 2010.

FALEIROS, F. T. V.; TREZZA, E. M. C.; CARANDINA, L. Aleitamento materno: fatores de influência na sua decisão e duração. **Rev. Nutr., Campinas**, v. 19, n. 5, p. 623-630, set./out., 2006.

JOVENTINO, E. S. et al. Tecnologias de enfermagem para promoção do aleitamento materno: revisão integrativa da literatura. **Rev. Gaúcha Enferm.**, Porto Alegre, v. 32, n. 1, p. 76-84, mar. 2011.

LARCERDA, M. R. LABRONICI, L. M. Papel social e paradigmas da pesquisa qualitativa de enfermagem. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília, v. 64, n. 2, p. 359-364, mar./abr. 2011.

MACHADO, A. K. F. et al. Intenção de amamentar e de introdução de alimentação complementar de puérperas de um Hospital-Escola do sul do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Pelotas, v. 19, n. 7, p. 1983-1989, 2014.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

MONTESCHIO, C. A. C.; GAIVA, M. A. M.; MOREIRA, M. D. S. O enfermeiro frente ao desmame precoce na consulta de enfermagem a criança. **Rev. Bras. Enferm.**, v. 68, n. 5, p. 869-875, set./out. 2015.

MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da Administração potencial e desafios. **RAC**, Curitiba, v. 15, n. 4, p. 731-747, jul.ago. 2011.

OLIVEIRA, N. J.; MOREIRA, M. A. Políticas públicas nacionais de incentivo à amamentação: a in(visibilidade) das mulheres. **Arq. Ciênc. Saúde**, v. 20, n. 3, p. 95-100, jul./set. 2013.

PEREIRA, G. G. et al. Orientações sobre aleitamento materno em consultas de pré-natal. **Enferm. Foco**, v. 5, n. 3, p. 57-60, 2014.

PEREIRA, R. S. V. et al. Fatores associados ao aleitamento materno exclusivo: o papel do cuidado na atenção básica. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 12, p. 2343-2354, dez. 2010.

SALDAN, P. C. et al. Práticas de aleitamento materno de crianças menores de dois anos de idade com base em indicadores da Organização Mundial da Saúde. **Rev. Nutr., Campinas**, v. 28, n. 4, p. 409-420, jul./ago. 2015.

SILVA, D. et al. Aleitamento materno e caracterização dos hábitos alimentares na primeira infância: experiência de São Tomé e Príncipe. **Rev. Bras. Saúde Matern. Infant.**, Recife, v. 14, n. 3, p. 269-277, jul./set., 2014.

VASQUEZ, J.; DUMITH, S. C.; SUSIN, L. R. O. Aleitamento materno: estudo comparativo sobre o conhecimento e o manejo dos profissionais da Estratégia Saúde da Família e do Modelo Tradicional. **Rev. Bras. Saúde Matern. Infant.**, Recife, v. 15, n. 2, p. 181-192, abr./jun., 2015.

VENANCIO, S. I. et al. A prática do aleitamento materno nas capitais brasileiras e Distrito Federal: situação atual e avanços. **Jornal de Pediatria**, v. 86, n. 4, p. 317-324, 2010.

VIEIRA, V. C. L. et al. Puericultura na atenção primária à saúde: atuação do enfermeiro. **Cogitare Enferm.**, v. 17, n. 1, 119-125, jan./mar. 2012.

VÍTOLO, M. R. et al. Impacto da atualização de profissionais de saúde sobre as práticas de amamentação e alimentação complementar. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 8, p. 1695-1707, ago. 2014.

WENZEL, D.; SOUZA S. B. de. Prevalência do aleitamento materno no Brasil segundo condições socioeconômicas e demográficas. **Rev Bras Crescimento Desenvolvimento Hum.**, v. 21, n. 2, p. 251-258, 2011.